

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DO PERÍODO DE 3 DE MARÇO (INÍCIO DAS OPERAÇÕES) A 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais)	2007	2006
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	85.894	52.897
Despesas que não afetam as disponibilidades		
Depreciações e amortizações	43.732	17.195
Apropriação dos encargos e atualizações monetárias	88.386	34.129
Incentivo fiscal	18.546	
	<u>236.558</u>	<u>104.221</u>
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias - faturamentos/recebimentos	(14.440)	(35.971)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(3.995)	(4.287)
Cauções e depósitos vinculados	(1.160)	(1.423)
Despesas pagas antecipadamente	395	(1.152)
Outros créditos	204	(248)
	<u>(18.996)</u>	<u>(43.081)</u>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(49.969)	19.009
Impostos e contribuições sociais correntes	(17.562)	32.266
Obrigações estimadas com pessoal	(201)	(98)
Outras obrigações	894	2.093
	<u>(66.838)</u>	<u>53.270</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	150.724	114.410
Atividades de investimento		
Adições ao imobilizado tangível e intangível	(49.403)	(243.557)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(49.403)	(243.557)
Atividades de financiamento		
AFAC's		75.306
Dividendos pagos	(10.723)	
Empréstimos e financiamentos - ingressos		15.565
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos		
Encargos de dívidas - pagos	(3.729)	
Pagamentos de principal	(47.322)	
Empréstimos e financiamentos - juros capitalizados	(2.479)	56.285
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(64.253)	147.156
Aumento nas disponibilidades	37.068	18.009
Disponibilidades no final do exercício	93.828	56.760
Disponibilidades no início do exercício	56.760	38.751
	<u>37.068</u>	<u>18.009</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 - Contexto operacional

Constituída em 2 de maio de 2001, a Enerpeixe S.A., Companhia de capital fechado, tem por objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Peixe Angical (Peixe), localizada no Rio Tocantins nos municípios de Peixe e São Salvador, Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público ANEEL nº 130/2001.

A Usina tem potência instalada de 452 MW com a implantação das três turbinas, sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda em julho e a terceira em setembro de 2006, tendo como energia assegurada 271 MW. A energia elétrica produzida é comercializada pela Enerpeixe S.A. na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão.

O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 7 de novembro de 2001.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2007 e 2006, cuja a conclusão foi autorizada em Reunião de Diretoria, realizada em 25 de fevereiro de 2008, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, na legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Para melhor elucidar a comparabilidade dos exercícios de 2007 e 2006, lembramos que a Companhia entrou em operação comercial a partir de 3 de março de 2006.

Para a compatibilização aos critérios do grupo econômico ao qual pertence e à melhoria na comparabilidade das demonstrações financeiras da Companhia, foram efetuadas as seguintes alterações apresentadas nas demonstrações financeiras de 2006:

No Ativo Circulante:

- Reclassificação dos saldos de caixa e bancos e aplicações financeiras para disponibilidades;
- Reclassificação dos saldos de créditos, valores e bens - partes relacionadas para partes relacionadas;
- Reclassificação dos saldos de créditos, valores e bens - a terceiros para consumidores e concessionárias; e
- Reclassificação dos saldos de depósitos vinculados a litígios para cauções e depósitos vinculados.

No Passivo Circulante:

- Reclassificação dos saldos de fornecedores e encargos de uso da rede elétrica para fornecedores;
- Reclassificação dos saldos de compensação financeira utilização recursos hídricos e pesquisa e desenvolvimento para encargos regulamentares e setoriais; e
- Reclassificação dos saldos de outros débitos para outras contas a pagar.

Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando as seguintes informações complementares:

a. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia está apresentando, como informação suplementar, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa preparadas de acordo com a NPC 20, emitida pelo IBRACON - Instituto de Auditores Independentes do Brasil.

b. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia está apresentando, nos moldes do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/06 e Resolução CFC nº 1010/05, a Demonstração do Valor Adicionado que tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração.

3 - Resumo das principais práticas contábeis**3.1 - Disponibilidades (Nota 4)**

Representadas, basicamente, por saldos mantidos em contas bancárias e incluem aplicações financeiras de renda fixa, com disponibilidade imediata, estando esta última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.2 - Concessionárias e partes relacionadas - ativo

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

3.3 - Despesas pagas antecipadamente

Representadas, principalmente, por prêmios de seguros apropriados ao resultado à medida da vigência das correspondentes apólices e de acordo com o regime de competência.

3.4 - Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.5 - Imobilizado tangível e intangível (Nota 7)

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

3.6 - Fornecedores

Referem-se ao saldo a pagar dos fornecedores de materiais e serviços e encargos de uso da rede elétrica.

3.7 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 9)

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos até a data do balanço.

3.8 - Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

3.9 - Imposto de renda e contribuição social (Notas 5 e 17)

O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais. A contribuição social do exercício corrente registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

A Companhia obteve em 20 de dezembro de 2006, junto à Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, Laudo Constitutivo nº 122/2006, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e Adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2007, por parte da Unidade da Secretaria da Receita Federal - SRF a qual está jurisdicionada a Companhia Produtora. Seguindo o instituído no art. 3º do Decreto Presidencial nº 4.212, de 26 de abril de 2002, a Companhia decidiu pelo aproveitamento deste benefício no exercício fiscal de 2007.

3.10 - Lucro por ação

É determinado considerando-se a quantidade total de ações na data do balanço.

3.11 - Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência.

3.12 - Estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A principal estimativa relacionada às demonstrações financeiras refere-se ao registro dos efeitos decorrentes das transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

3.13 - Tributação de operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 199, de 12 de setembro de 2002, a Companhia, como agente integrante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, exerceu a opção pelo regime especial de tributação do PIS e do COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados positivos líquidos e na continuidade da aplicação da alíquota de 1,65% e 7,60% para o PIS e COFINS, respectivamente.

4 - Disponibilidades

	31/12/2007	31/12/2006
Bancos conta movimento	18.687	22.024
Aplicações financeiras	75.141	34.736
Total	<u>93.828</u>	<u>56.760</u>

As aplicações financeiras têm vencimentos entre fevereiro de 2008 e agosto de 2010 com rentabilidade média de 100,74% do CDI, resgatáveis imediatamente.

5 - Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Ativo - compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social - correntes	9.310	6.250		
IRRF sobre aplicações financeiras	935			
Total	<u>10.245</u>	<u>6.250</u>		
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social - correntes	15.085	20.573		
ICMS sobre diferencial de alíquotas	6.678	10.025		6.666
PIS e COFINS	2.946	4.059		
ISS	3.775	3.321		
PIS, COFINS e CS - sobre serviços prestados por terceiros	15	1.951		
IRRF - sobre serviços prestados por terceiros	15	577		
IRRF - s/juros de capital próprio	2.948	1.840		
Outros	104	116		
Total	<u>31.566</u>	<u>42.462</u>		<u>6.666</u>

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DO PERÍODO DE 3 DE MARÇO (INÍCIO DAS OPERAÇÕES) A 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais)	2007	2006
Geração do valor adicionado	339.599	246.817
Receita operacional	339.596	246.817
Não operacional	3	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(50.759)	(100.594)
Custos da energia comprada	(7.411)	(73.911)
Encargos de uso da rede elétrica e encargos de serviços de sistema	(25.107)	(13.209)
Materiais	(662)	(607)
Serviços de terceiros	(10.430)	(6.345)
Outros custos operacionais	(7.149)	(6.522)
Valor adicionado bruto	288.840	146.223
Depreciações e amortizações	(43.732)	(17.195)
Valor adicionado líquido gerado	245.108	129.028
Receitas financeiras	13.388	1.442
Valor adicionado total a distribuir	258.496	130.470
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração do trabalho	3.328	1.043
Encargos sobre a folha de pagamento (exceto INSS)	448	418
Impostos, taxas e contribuições	72.423	41.089
Despesas financeiras	95.827	34.924
Aluguéis	576	99
Dividendos propostos	20.400	12.564
	193.002	90.137
Lucro do exercício após dividendos	65.494	40.333
	<u>258.496</u>	<u>130.470</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

6 - Cauções e depósitos vinculados a litígios

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Cauções e depósitos vinculados	35	2.612	3.737	
Total	<u>35</u>	<u>2.612</u>	<u>3.737</u>	<u>-</u>

Referem-se, basicamente, aos depósitos judiciais referentes aos valores de Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN ao Município de Peixe-TO, conforme ação de consignação em pagamento nº 1.336/05, na qual a Companhia obteve decisão favorável em primeira instância na 2ª Vara Cível da Comarca de Peixe-TO. O risco de perda dessa ação foi qualificado como remoto pelos assessores jurídicos da Companhia.

7 - Imobilizado tangível e intangível

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2007			31/12/2006
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço - tangível					
Geração					
Terrenos		12.155		12.155	12.155
Reservatórios, barragens e adutoras	1,89	833.990	(22.225)	811.765	771.324
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,10	263.124	(7.783)	255.341	259.872
Máquinas e equipamentos	3,00	743.101	(30.640)	712.461	734.682
Veículos	20,00	729	(156)	573	289
Total		<u>1.853.099</u>	<u>(60.804)</u>	<u>1.792.295</u>	<u>1.778.322</u>
Imobilizado em serviço - intangível					
Geração					
Software	20,00	376	(88)	288	364
Servidão permanente		499		499	499
Total		<u>875</u>	<u>(88)</u>	<u>787</u>	<u>863</u>
Administração					
Software	20,00	162	(35)	127	159
Total		<u>162</u>	<u>(35)</u>	<u>127</u>	<u>159</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.854.136</u>	<u>(60.927)</u>	<u>1.793.209</u>	<u>1.779.344</u>
Imobilizado em curso					
Geração					
Tangível		23.816		23.816	32.267
Intangível		5		5	
Transmissão					
Tangível		227		227	
Administração					
Intangível		25		25	
Total do imobilizado em curso		<u>24.073</u>	<u>-</u>	<u>24.073</u>	<u>32.267</u>
Total líquido		<u>1.878.209</u>	<u>(60.927)</u>	<u>1.817.282</u>	<u>1.811.611</u>
Imobilizado tangível		1.877.142	(60.804)	1.816.338	1.810.589
Imobilizado intangível		1.067	(123)	944	1.022
Total		<u>1.878.209</u>	<u>(60.927)</u>	<u>1.817.282</u>	<u>1.811.611</u>

A movimentação do imobilizado tangível e intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em	Transferência para		Depreciações e amortizações	Valor líquido em
	31/12/2006	Aquisições	imobilizado em serviço		31/12/2007
Imobilizado em serviço - tangível					
Terrenos	12.155				12.155
Reservatórios, barragens e adutoras	771.324		56.184	(15.743)	811.765
Edificações, obras civis e benfeitorias	259.872		982	(5.513)	255.341
Máquinas e equipamentos	734.682		1	(22.222)	712.461
Veículos	289		430	(146)	573
	<u>1.778.322</u>	<u>-</u>	<u>57.597</u>	<u>(43.624)</u>	<u>1.792.295</u>
Imobilizado em serviço - intangível	1.022			(108)	914
Total do imobilizado em serviço	<u>1.779.344</u>	<u>-</u>	<u>57.597</u>	<u>(43.732)</u>	<u>1.793.209</u>
Imobilizado em curso - tangível	32.267	49.373	(57.597)		24.043
Imobilizado em curso - intangível		30			30
Total do imobilizado em curso	<u>32.267</u>	<u>49.403</u>	<u>(57.597)</u>	<u>-</u>	<u>24.073</u>
Total do imobilizado - tangível e intangível	<u>1.811.611</u>	<u>49.403</u>	<u>-</u>	<u>(43.732)</u>	<u>1.817.282</u>

O cálculo e a contabilização das quotas de depreciação vêm sendo efetuados de acordo com a Resolução nº 044, de 17 de março de 1999, tomando como base as taxas definidas e os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC.

Em contrato celebrado em 27 de abril de 2006 entre a ANEEL e Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA, vencedora do leilão ocorrido em agosto de 2005 para exploração da linha de transmissão da Interligação Norte-Sul III (trecho 2) e, nos termos do inciso IV da subcláusula décima segunda da cláus

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

No reajuste tarifário vigente a partir de 8 de abril de 2007, a tarifa reconhecida pela ANEEL foi de R\$ 129,75/MWh, embora o valor praticado seja de R\$ 129,85/MWh. Essa diferença deve-se a estimativa de IGP-M utilizado pela ANEEL, por ainda não dispor, na época do reajuste, do valor estabelecido para o mês de março de 2007.

Os valores com as coligadas CESA e Enertrade referem-se a operações de encargos de uso da rede elétrica e compra de energia para complemento ao suprimento físico contratado pelas concessionárias distribuidoras, quando necessário, e à coligada Bandeirante refere-se a ressarcimento de gastos com a implantação do sistema de gestão.

9 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	31/12/2007				31/12/2006			
	Encargos		Principal		Encargos		Principal	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira								
BNDES	17		4.377		5.359	1.072	20.827	4.165
Itaú BBA S.A.	5		1.313		1.607	322	6.248	1.249
Banco do Brasil S.A.	4		1.094		1.340	267	5.207	1.041
Banco Bradesco S.A.	4		1.104		1.340	267	5.207	1.041
Unibanco	4		876		1.158	233	4.165	834
	34		8.764		10.804	2.161	41.654	8.330
Moeda nacional								
BNDES	182	1.550	46.874	398.434		77.682		324.856
Itaú BBA S.A.	55	465	14.062	119.530		23.304		97.457
Banco do Brasil S.A.	46	387	11.719	99.609		19.421		81.214
Banco Bradesco S.A.	46	387	11.719	99.609		19.421		81.214
Unibanco S.A.	36	311	9.375	79.687		15.536		64.971
	365	3.100	93.749	796.869		155.364		649.712
Total	399	3.100	102.513	796.869	10.804	157.525	41.654	658.042

O saldo de empréstimos e financiamentos decorre de apoio financeiro do BNDES, no valor total de R\$ 670.000, aprovado nos termos da Decisão de Diretoria do BNDES, número 691/2003, de 10 de novembro de 2003, e contratado em 21 de maio de 2004, sendo R\$ 335.000 diretamente e R\$ 335.000 através de agentes financeiros, conforme quadro a seguir:

Subcrédito	Parcela direta			Parcela indireta			Total	Total
	BNDES	Itaú BBA	Banco do Brasil	Bradesco	Unibanco	Total		
"A"	26.184	7.855	6.546	6.546	5.237	26.184	52.368	
"B"	235.671	70.701	58.917	58.917	47.134	235.669	471.340	
"C"	7.314	2.195	1.829	1.829	1.463	7.316	14.630	
"D"	65.831	19.749	16.458	16.458	13.166	65.831	131.662	
	335.000	100.500	83.750	83.750	67.000	335.000	670.000	

As principais condições do financiamento são:

- (i) Amortização:
- Para os subcréditos "A" e "C", 12 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2007 e a última em 15 de fevereiro de 2008; e
 - Para os subcréditos "B" e "D", 95 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2008 e a última em 15 de janeiro de 2016.
- (ii) Encargos:
- Para os subcréditos "A" e "C", taxa variável reajustada trimestralmente com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de 4,5% ao ano, durante o prazo em que vigorar a fiança da controladora indireta EDP - Energias de Portugal S.A.;
 - Para os subcréditos "B" e "D", índice Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescido de 4,5% ao ano, durante o prazo em que vigorar a fiança da EDP - Energias de Portugal S.A.; e
 - Os *spreads* acima mencionados poderão ser de 6% ao ano a partir da data em que vigorar a fiança da controladora direta EDP - Energias do Brasil S.A., em substituição à fiança da EDP - Energias de Portugal S.A., o que poderá ocorrer a partir de janeiro de 2008 somente por solicitação da Companhia e EDP do Brasil S.A.. Esta taxa poderá ser reduzida para 5% ao ano, caso a EDP - Energias do Brasil S.A. apresente índice de capitalização mínimo de 38% e a Enerpeixe apresente índice de cobertura do serviço da dívida de 1,3.
- (iii) Vencimentos das parcelas Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de moeda		
	Nacional	Estrangeira	Total
Circulante			
2008	94.114	8.798	102.912
	94.114	8.798	102.912
Não circulante			
2009	112.937		112.937
2010	112.937		112.937
2011	112.937		112.937
2012	112.937		112.937
2013	112.937		112.937
2014	112.937		112.937
2015	112.937		112.937
Após 2015	9.410		9.410
	799.969		799.969
Total	894.083	8.798	902.881

(iv) Garantias e obrigações:

- Penhor de ações correspondentes a 60% do capital social da beneficiária, detidos pela Energias do Brasil S.A.;
- Penhor dos direitos emergentes da concessão, incluindo, dentre outros:
 - Os direitos de crédito da beneficiária, decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Peixe Angical às companhias Bandeirante Energia S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT; e
 - As garantias constantes do Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVEs.
- Manter em conta reserva financeira o valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização, juros e encargos, bem como, três meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização; e
- Carta de fiança da EDP Energias de Portugal S.A., regida pelas leis portuguesas, que será substituída pela fiança da EDP Energias do Brasil S.A., mediante o cumprimento de obrigações contratuais ainda não exigíveis.

10 - Encargos regulamentares e setoriais

	31/12/2007	31/12/2006
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.036	1.839
Pesquisa e desenvolvimento	4.924	2.418
Taxa de fiscalização - ANELL	85	
Total	7.045	4.257

11 - Risco de perda possível

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhistas em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	31/12/2007	31/12/2006
Trabalhistas	83	
Total	83	

12 - Patrimônio líquido

12.1 - Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2007 e 2006 está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscritas e integralizadas, assim distribuídas:

Acionista	31/12/2007		31/12/2006	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP Energias do Brasil S.A.	465.165.338	60,00%	465.165.338	60,00%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	310.110.225	40,00%	310.110.225	40,00%
Total	775.275.563	100,00%	775.275.563	100,00%

12.2 - Destinação do lucro

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma de Lei, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio.

	31/12/2007	31/12/2006
Lucro líquido apurado no exercício	85.894	52.897
Proposta de destinação:		
Constituição da reserva legal - 5%	4.295	2.645
Dividendos - 25%	20.400	12.564
Constituição da reserva de retenção de lucros	61.199	37.688

Em 28 de dezembro de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$ 19.656, imputados aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram reclassificados para o Patrimônio líquido, conforme Deliberação CVM nº 207/96.

12.3 - Reserva de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o art. 196, da Lei 6.404/76, para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia, previsto no orçamento de capital submetidos às Assembléias Gerais Ordinárias.

12.4 - Reserva de capital

A reserva de capital é constituída por incentivos fiscais da ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia referente a redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, conforme mencionado na nota 3.9.

12.5 - Adiantamento para futuro aumento de capital

	31/12/2007	31/12/2006
EDP - Energias do Brasil S.A.	45.184	45.184
Furnas Centrais Elétricas S.A.	30.122	30.122
Total	75.306	75.306

13 - Direito de outorga

De acordo com a cláusula 6ª do contrato de concessão nº 130/2001 firmado em 7 de novembro de 2001 entre a Enerpeixe S.A. e a ANEEL e através do Decreto de 15 de outubro de 2001 publicado no Diário Oficial da União, foi concedido à Companhia o direito de exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Tocantins, nos municípios de Peixe e São Salvador, Estado do Tocantins, denominado UHE Peixe Angical, por um período de 35 anos e com potência instalada de 452 MW.

Como retribuição pela outorga da concessão objeto do referido contrato, a Concessionária pagará à União, ao longo do prazo de vigência do contrato e enquanto estiver explorando o Aproveitamento Hidrelétrico, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 12.294 (valor atualizado em dezembro de 2007), do 7º ao 35º ano de concessão, estando esse valor sujeito a reajustes anuais tomando como base a variação do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na hipótese de sua extinção, outro índice que venha substituí-lo. O valor total da obrigação em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 354.502.

14 - Receita operacional líquida

	GW (*)		R\$ MIL	
	2007	2006	2007	2006
Suprimento convencional e leilão	2.300	1.880	303.786	233.345
Energia de curto prazo			35.810	13.472
			339.596	246.817
(-) Deduções da receita				
P&D			(3.133)	(2.328)
PIS e COFINS			(26.349)	(13.993)
			(29.482)	(16.321)
Total	2.300	1.880	310.114	230.496

15 - Gastos operacionais

	2007		2006	
	Custo do serviço Com energia elétrica	Despesas gerais e administrat. De operação	Total	Total
Não gerenciáveis				
Energia elétrica comprada para revenda				
Contratos bilaterais	7.411		7.411	73.126
Energia de curto prazo - CCEE				785
Encargos de uso da rede elétrica				
Encargo de uso e conexão	25.107		25.107	13.209
Taxa de fiscalização		1.024	1.024	
Direito de outorga		567	567	
Compensações financeiras		8.945	8.945	4.644
	32.518	10.536	43.054	91.764
Gerenciáveis				
Pessoal		4.151	469	4.620
Material		651	11	662
Serviços de terceiros		10.235	195	10.430
Depreciação e amortização		43.700	32	43.732
Aluguéis e arrendamentos		551	25	576
Outras		3.627	86	3.713
		62.915	818	63.733
Total	32.518	73.451	818	106.787

16 - Resultado financeiro

	2007	2006
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras		6.975
Variações monetárias moeda estrangeira		6.388
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis		12
Descontos obtidos		4
Outras receitas financeiras		9
		13.388
Despesas financeiras		
Juros e multas sobre impostos federais		(228)
Encargos de dívidas		(90.409)
Variações monetárias moeda nacional		(2.846)
Variações monetárias moeda estrangeira		(1.992)
CPMF		(1.366)
Juros sobre capital próprio		(19.656)
Outras despesas financeiras		(352)
		(116.849)
Total		(103.461)

17 - Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2007	2006	2007	2006
Lucro antes do IRPJ e CSLL	99.869	61.202	99.869	61.202
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(24.967)	(15.301)	(8.988)	(5.508)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre doações indutíveis	(214)	(80)	(77)	(29)
Incentivos fiscais	615	345		
Despesa de IRPJ e CSLL	(24.566)	(15.036)	(9.065)	(5.537)

18 - Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são R\$ 867.511 para danos materiais e R\$ 5.000 para responsabilidade civil.

19 - Instrumentos financeiros e risco de crédito

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros da Companhia, representados por Aplicações financeiras e Empréstimos e financiamentos, aproximam-se dos valores de mercado.

Os principais riscos financeiros capazes de expor a Companhia ao risco de crédito são representados por contas a receber de concessionárias distribuidoras de energia elétrica e de aplicações financeiras, para os quais a Administração não espera incorrer em perdas significativas nas suas realizações.

20 - Lei nº 11.638/07 - Alterações de práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, alterando a Lei nº 6.404/76 no capítulo relativo à divulgação e preparação de demonstrações financeiras, que vem a modificar, entre outros aspectos, o critério de reconhecimento e valorização de ativos e passivos. Estas mudanças de práticas contábeis entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008 e podem ser substancialmente resumidas como segue:

- ativos e passivos financeiros pré-fixados devem ser ajustados a valor presente quando os efeitos forem relevantes;
- arrendamentos financeiros passam a ser contabilizados como ativo imobilizado;
- determinados instrumentos financeiros e derivativos deverão ser contabilizados a valores justos;
- ativos adquiridos em processos de aquisição de controle em sociedades, entre partes independentes, passam a ser valorizados a valores justos na sociedade adquirente;
- a equivalência patrimonial passa a ser registrada em função da influência significativa e em sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou que esteja sob controle comum; e
- a reavaliação de ativos não é mais permitida.

Os efeitos da aplicação da referida Lei sobre as demonstrações financeiras da Companhia encontram-se sob análise da Administração, assim como a aplicação de determinadas modificações depende de uma regulação posterior a ser emitida pelos órgãos competentes. Assim, os impactos de todas as modificações trazidas por esta nova lei não podem ainda ser mensurados.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÔNIO FERNANDO MELO MARTINS DA COSTA Presidente CUSTÓDIO ALEXANDRE ROUXINOL MIGUENS ANTONIO JOSÉ SELLARE MÁRIO MÁRCIO ROGAR HENRIQUE MELLO DE MORAES

DIRETORIA

CUSTÓDIO ALEXANDRE ROUXINOL MIGUENS Diretor Presidente VASCO DE FREITAS BARCELLOS NETO Diretor Administrativo e Financeiro CARLOS NADALUTTI FILHO Diretor Técnico MARCELO CRESPO Contador - CRC 1SP179394/O-6

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Enerpeixe S.A.

São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Enerpeixe S.A. levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enerpeixe S.A. em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram efetuados com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto. As demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa representam informações complementares àquelas demonstrações, as quais não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, tomadas em conjunto.

5. Conforme mencionado na Nota nº 8, as demonstrações financeiras da Companhia incluem saldos de ativos e passivos, bem como transações que influenciaram o resultado do exercício, em montantes significativos, relativas a operações com partes relacionadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.